



...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A CSN patrocinou ainda projetos de instituições inscritas nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, além de apoiar iniciativas do Hospital do Câncer de Barretos - SP, a partir do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica.

9. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com o compromisso de desenvolver suas operações de forma sustentável, a CSN é uma empresa que investe continuamente na gestão ambiental e no relacionamento com as comunidades das regiões onde atua. A Companhia conta com um sistema de gestão ambiental certificado na Norma ISO 14.001 na maior parte de suas operações. Todos os controles ambientais são auditados para atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), contribuindo para atenuar os riscos ambientais das operações da Companhia.

Utilizar os recursos naturais de maneira racional é uma prioridade para a CSN. A empresa opera, mantém e desenvolve projetos de melhoria e ações que possibilitem incrementar o volume de água reciclada, bem como reutilizar grande parte dos resíduos gerados em suas operações.

Desde 2010, a CSN vem realizando o inventário das emissões de gases de efeito estufa, estabelecendo uma estratégia embasada de gestão de carbono e mitigação de riscos. A Companhia participa do grupo de empresas Fórum Clima, organizado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, respondendo aos questionários do CDP.

A Companhia vem desenvolvendo um mapeamento de stakeholders e de indicadores nos temas ambientais, sociais e econômicos para todas as suas operações, conforme diretrizes do *Global Report Initiative (GRI)* permitindo conhecer de forma objetiva seu desempenho socioambiental.

A CSN iniciou projetos de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, bem como a convivência com as atividades de mineração, utilizando a arte como instrumento de diálogo entre funcionários da empresa, professores e alunos da rede pública.

Destaca em 2013 para a conclusão do bairro Novo Plataforma, que a CSN inaugurou em Congonhas (MG), um projeto modelo com 94 casas em um local com infraestrutura completa, garantindo mais qualidade de vida à população local.

10. DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da Companhia Siderúrgica Nacional aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>ATIVO</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.995.672	11.891.821	13.440.690	206.624	2.995.757	2.073.244
Contas a receber	6	2.522.465	2.661.417	2.146.662	1.992.704	2.032.431	3.516.800
Estoque	7	3.160.985	3.393.193	3.518.907	2.459.230	2.704.302	2.885.617
Outros ativos circulantes	8	722.920	1.152.155	1.057.717	395.616	653.956	411.292
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.402.042</b>	<b>19.098.586</b>	<b>20.163.976</b>	<b>5.054.174</b>	<b>8.386.446</b>	<b>8.886.953</b>
<b>Não Circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Aplicações Financeiras	15	30.756	116.753	139.679			1.300.650
Tributos diferidos	8	2.770.527	2.177.079	1.473.739	2.612.998	1.869.775	2.552.287
Outros ativos não circulantes	8	1.835.325	1.627.139	2.930.843	1.521.848	1.656.957	2.552.287
		<b>4.636.608</b>	<b>3.920.971</b>	<b>4.544.261</b>	<b>4.134.846</b>	<b>3.526.732</b>	<b>3.852.937</b>
<b>Investimentos</b>							
Imobilizado	9	13.487.023	10.839.787	10.017.456	27.005.592	23.356.506	22.573.890
Intangível	10	14.911.426	18.519.064	15.764.495	12.418.095	11.636.182	10.247.845
	11	965.440	904.861	230.979	76.469	19.568	21.192
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>34.000.497</b>	<b>34.184.683</b>	<b>30.557.191</b>	<b>43.635.002</b>	<b>38.539.088</b>	<b>36.695.864</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>50.402.539</b>	<b>53.283.269</b>	<b>50.721.167</b>	<b>48.689.176</b>	<b>46.925.534</b>	<b>45.582.817</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Consolidado			Controladora		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Circulante</b>							
Obrigações sociais e trabalhistas		208.921	184.963	164.942	159.892	130.014	123.839
Fornecedores		1.102.037	2.025.461	1.102.600	926.935	1.193.726	667.886
Obrigações fiscais		304.095	272.766	318.315	150.066	118.365	122.648
Empréstimos e financiamentos	12	2.642.807	2.169.122	2.598.045	3.854.694	2.621.503	4.330.141
Outras obrigações	14	972.851	1.582.040	1.939.199	1.138.956	1.383.179	1.872.865
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e civis	17	333.519	316.547	258.914	273.246	253.973	225.997
Outras provisões				8.133			8.133
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.564.230</b>	<b>6.550.899</b>	<b>6.390.148</b>	<b>6.503.789</b>	<b>5.700.760</b>	<b>7.351.509</b>
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	12	25.103.623	27.135.582	24.551.642	21.394.660	21.518.489	19.005.495
Outras obrigações	14	10.061.571	9.009.049	10.210.273	10.173.732	8.927.096	9.718.976
Tributos diferidos	15	268.833	238.241	19.763			
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e civis	17	479.664	371.697	346.285	438.114	344.951	262.432
Plano de pensão e saúde	28	485.105	565.591	469.050	485.084	565.556	469.027
Outras provisões		370.454	404.697	316.836	1.597.227	1.251.785	789.557
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>36.769.250</b>	<b>37.724.857</b>	<b>35.913.849</b>	<b>34.086.817</b>	<b>32.607.877</b>	<b>30.245.487</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social integralizado	20	4.540.000	4.540.000	1.680.947	4.540.000	4.540.000	1.680.947
Reservas de capital		30	30	30	30	30	30
Reservas de lucros		2.839.568	3.690.543	7.671.620	2.839.568	3.690.543	7.671.620
Outros resultados abrangentes		716.972	386.324	(1.366.776)	716.972	386.324	(1.366.776)
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>		<b>8.096.570</b>	<b>8.616.897</b>	<b>7.985.821</b>	<b>8.096.570</b>	<b>8.616.897</b>	<b>7.985.821</b>
Participação acionistas não controladores		(27.511)	390.616	431.349			
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>8.069.059</b>	<b>9.007.513</b>	<b>8.417.170</b>	<b>8.096.570</b>	<b>8.616.897</b>	<b>7.985.821</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>50.402.539</b>	<b>53.283.269</b>	<b>50.721.167</b>	<b>48.689.176</b>	<b>46.925.534</b>	<b>45.582.817</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/prejuízo por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>17.312.432</b>	<b>15.228.589</b>	<b>13.929.433</b>	<b>10.640.617</b>
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(12.422.706)	(11.258.667)	(9.906.380)	(8.039.597)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>4.889.726</b>	<b>3.969.922</b>	<b>4.023.053</b>	<b>2.601.020</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	23	(874.875)	(773.488)	(503.514)	(320.722)
Despesas gerais e administrativas	23	(485.090)	(467.920)	(337.348)	(332.425)
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	158.138	641.436	1.502.450	1.331.593
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(568.145)	(2.651.381)	(29.468)	(1.688.194)
		<b>(1.769.972)</b>	<b>(3.251.353)</b>	<b>632.120</b>	<b>(1.009.748)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>3.119.754</b>	<b>718.569</b>	<b>4.655.173</b>	<b>1.591.272</b>
Resultado financeiro líquido	25	(2.511.599)	(2.151.351)	(3.938.379)	(3.033.404)
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>608.155</b>	<b>(1.432.782)</b>	<b>716.794</b>	<b>(1.442.132)</b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(74.161)	952.208	(207.769)	1.022.019
<b>LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO Atribuível à:</b>		<b>533.994</b>	<b>(480.574)</b>	<b>509.025</b>	<b>(420.113)</b>
Participação dos acionistas controladores		509.025	(420.113)	509.025	(420.113)
Participação dos acionistas não controladores		24.969	(60.461)		
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM R\$)</b>		<b>0,34913</b>	<b>(0,28815)</b>	<b>0,34913</b>	<b>(0,28815)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

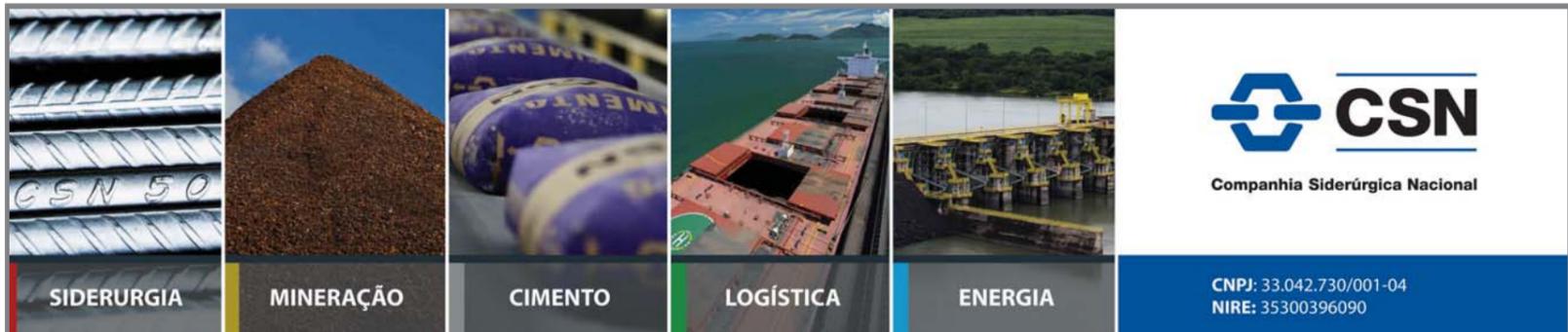
	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>533.994</b>	<b>(480.574)</b>	<b>509.025</b>	<b>(420.113)</b>
<b>Outros Resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</b>				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	64.336	106.209	64.336	106.209
	<b>64.336</b>	<b>106.209</b>	<b>64.336</b>	<b>106.209</b>
<b>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</b>				
Ajustes acumulados de conversão do período	218.927	147.735	218.927	147.735
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	44.084	(8.329)	44.084	(8.329)
Impairment de ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	3.301	1.507.485	3.301	1.507.485
	<b>266.312</b>	<b>1.646.891</b>	<b>266.312</b>	<b>1.646.891</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO Atribuível à:</b>				
Participação dos acionistas controladores	839.673	1.332.987	839.673	1.332.987
Participação dos acionistas não controladores	24.969	(60.461)		
	<b>864.642</b>	<b>1.272.526</b>	<b>839.673</b>	<b>1.332.987</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
<b>Receitas</b>					
Vendas mercadorias, produtos e serviços		20.572.836	18.243.207	16.837.903	13.348.805
Outras receitas		344.371	61.202	550.112	58.578
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa		(2.640)	13.407	(2.127)	15.016
		<b>20.914.567</b>	<b>18.317.816</b>	<b>17.385.888</b>	<b>13.422.399</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(11.353.061)	(10.162.852)	(9.494.642)	(7.644.242)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.082.205)	(1.883.786)	(1.336.872)	(1.129.547)
(Perda)/recuperação de valores ativos		18.090	(2.048.673)	4.866	(1.257.625)
		<b>(13.417.176)</b>	<b>(14.095.311)</b>	<b>(10.826.648)</b>	<b>(10.031.414)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>7.497.391</b>	<b>4.222.505</b>	<b>6.559.240</b>	<b>3.390.985</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciação, amortização e exaustão	10.b	(1.155.593)	(1.100.472)	(923.847)	(920.547)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>6.341.798</b>	<b>3.122.033</b>	<b>5.635.393</b>	<b>2.470.438</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	158.138	641.436	1.502.450	1.331.593
Receitas financeiras		171.984	391.844	74.290	287.527
Outros e variações cambiais ativas		3.240.525	1.583.037	268.790	321.599
		<b>3.570.647</b>	<b>2.616.317</b>	<b>1.845.530</b>	<b>1.940.719</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>9.912.445</b>	<b>5.738.350</b>	<b>7.480.923</b>	<b>4.411.157</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal e Encargos		1.537.985	1.315.389	1.119.233	926.812
Impostos, taxas e contribuições		1.917.542	772.588	1.577.584	257.148
Despesas financeiras e alugueis		5.922.924	4.130.947	4.275.081	3.647.310
Dividendos e juros sobre o capital próprio		800.000		800.000	
Lucros retidos/Prejuízo do exercício		(290.975)	(420.113)	(290.975)	(420.113)
Participação dos não controladores		24.969	(60.461)		
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>9.912.445</b>	<b>5.738.350</b>	<b>7.480.923</b>	<b>4.411.157</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012** (Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Lucros Acumulados	Ajustes acumulados de conversão	(Perdas) ganhos atuariais de plano de benefício definido	Ativos disponíveis para venda		Resultados Abrangentes		Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estatutária	Investimentos	Dividendos e JCP adicionais propostos				Total	Total	Total do Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	1.680.947	30	336.190	5.717.390	1.344.548	273.492	7.671.620								
Prejuízo do exercício							(420.113)								
Resultados abrangentes, líquidos de impostos								147.735	(22.210)	1.499.156	1.624.681	1.624.681	1.624.681	(60.461)	1.624.681
Reclassificação perdas atuarias							(128.419)		128.419						
<b>Resultado abrangente do exercício</b>							(548.532)	147.735	106.209	1.499.156	1.753.100	1.204.568	1.204.568	(60.461)	1.144.107
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais						(273.492)								(273.492)	
Aumento Capital	2.859.053			(2.291.053)	(568.000)		(2.859.053)								
Absorção do prejuízo exercício 2012				(420.113)			(420.113)	420.113							
Absorção perdas atuarias				(128.419)			(128.419)	128.419							
Destinações:															
Dividendos declarados em 26 de dezembro de 2012 (R\$ 205,77 por lote de mil ações)					(300.000)		(300.000)							(300.000)	(300.000)
Juros sobre Capital Próprio declarados em 26 de março de 2013 (R\$ 384,10 por lote de mil ações)				(83.452)	(476.548)	560.000									
Participação dos não controladores														19.728	19.728
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	4.540.000	30	336.190	2.794.353		560.000	3.690.543	(345.817)		732.141	386.324	8.616.897	390.616	9.007.513	
Lucro líquido do exercício							509.025					509.025	509.025	533.994	
Resultados abrangentes, líquidos de impostos								218.927	64.336	47.385	330.648	330.648	330.648	330.648	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>							509.025	218.927	64.336	47.385	330.648	839.673	24.969	864.642	
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais						(560.000)	(560.000)							(560.000)	(560.000)
Destinações:															
Dividendos declarados em 06 de agosto de 2013 (R\$ 144,04 por lote de mil ações) e 13 de novembro de 2013 (R\$ 274,35 por lote de mil ações)							(610.000)							(610.000)	(610.000)
Juros sobre Capital Próprio declarados em 06 de agosto de 2013 (R\$ 61,73 por lote de mil ações) e 13 de novembro de 2013 (R\$ 68,59 por lote de mil ações)												(190.000)		(190.000)	(190.000)
Constituição reserva legal			25.451						25.451						
Reversão de reserva estatutária de capital de giro				(316.426)			(316.426)	316.426							
Participação dos não controladores														(443.096)	(443.096)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	4.540.000	30	361.641	2.477.927		2.839.568	(126.890)	64.336	779.526	716.972	8.096.570	8.096.570	(27.511)	8.069.059	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012** (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BM&FBOvespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

• **Siderurgia:** Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

• **Mineração:** A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECA, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• **Cimentos:** A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

• **Logística:**  
**Ferrovias:** A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

• **Portos:** A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S.A., o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

• **Energia:** Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Veja maiores detalhes dos segmentos do Grupo na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**(a) Base de preparação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, mensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 27 de fevereiro de 2014.

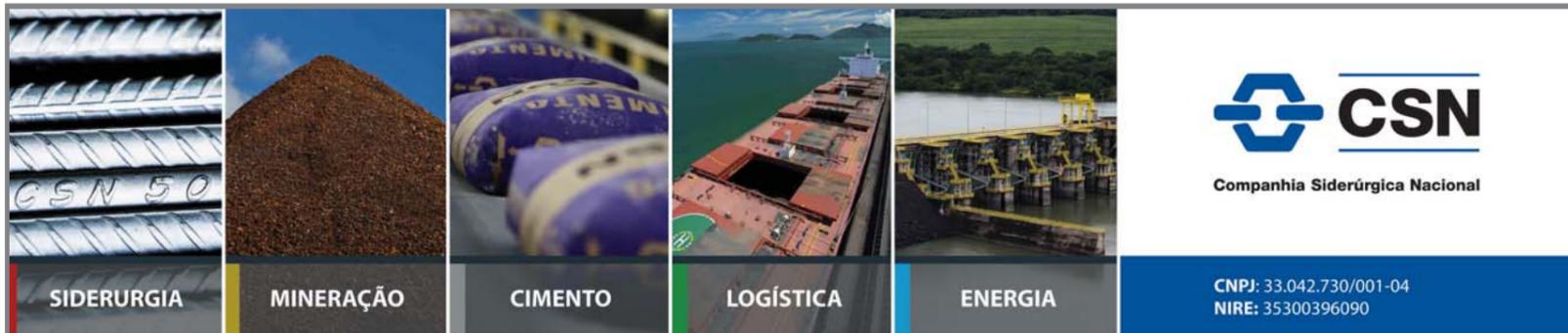
**(b) Demonstrações financeiras consolidadas**  
As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Dipic, Mugen e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2013	31/12/2012	
<b>Participação direta em controladas:</b>			
<b>consolidação integral</b>			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund (1)		100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TDBB S.A.	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Florestal Nacional S.A. (2)		99,99	Reflorestamento

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2013	31/12/2012	
Companhia Florestal do Brasil	99,99		Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de estanho
Cia. Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (3)	88,41	99,99	Logística ferroviária
Transnordestina Logística S.A. (4)		76,13	Logística ferroviária
<b>Participação indireta em controladas:</b>			
<b>consolidação integral</b>			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	99,99	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S.A.	99,98	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	59,17	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	58,96	58,96	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda.	58,98	58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda.	58,98	58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalwerk Thuringen GmbH	100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
<b>Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional</b>			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50,00	50,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
<b>Participação direta em controladas em conjunto: equivalência patrimonial</b>			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
MRS Logística S.A.	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A. (4)	77,30		Logística ferroviária
<b>Participação indireta em controladas em conjunto: equivalência patrimonial</b>			
Namisa International Minérios S.L.U.	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A.	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
<b>Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial</b>			
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

- (1) Empresa liquidada em 09 de maio de 2013.
- (2) Empresa incorporada em 30 de setembro de 2013.
- (3) Nova razão social da TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A., alterado em 15 de fevereiro de 2013.
- (4) Em 27 de dezembro de 2013, a TLSA passou a ser considerada controlada em conjunto e o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme Nota 9.b





...continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**(f) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**(g) Imposto de renda e contribuição social**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no devido quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**(h) Lucro/(Prejuízo) por ação**

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ação diluído é igual ao lucro/prejuízo por ação básico.

**(i) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

**(j) Pesquisa e desenvolvimento**

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram R\$ 5.810 (R\$ 6.033 em 31 de dezembro de 2012).

**(k) Instrumentos financeiros**

**1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**• Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**• Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**• Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

**• Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

**2. Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

**• Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

**• Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação de que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificada do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja Nota 13.

**3. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

**• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

**• Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

**• Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**4. Instrumentos derivativos e atividades de hedge**

**• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

**• Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

**(x) Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide Nota 26).

**(y) Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

**(z) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013**

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes. Essas incluem o CPC 36 (R3) "Demonstrações Consolidadas", correspondente ao IFRS 10, o CPC 19 (R2) "Negócios em Conjunto", correspondente ao IFRS 11 e o CPC 45 "Divulgação de Participações em Outras Entidades", correspondente ao IFRS 12.

Para estes pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores, encontram-se destacados na Nota 3.

Outros pronunciamentos, interpretações e revisões foram adotados pela primeira vez em 2013, tais como: CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis", correspondente ao IAS 1; CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados", correspondente ao IAS 19; CPC 46 "Mensuração do Valor Justo", correspondente ao IFRS 13; CPC 40 (R1) "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", correspondente ao IFRS 7; CPC 35 (R2) "Demonstrações Separadas", correspondente ao IAS 27; CPC 18 (R2) "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", correspondente ao IAS 28; ICPC 18 "Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção", correspondente ao IFRIC 20, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(aa) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 32	"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014
Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. As alterações à IFRS 12 e à IAS 27 introduzem novas exigências de divulgação para entidades de investimento.	1º de janeiro de 2014
IFRIC 21	Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.	1º de janeiro de 2014
Revisão da IAS 39	Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de <i>hedge</i> quando a renovação de um derivativo designado como <i>hedge</i> atinge certos critérios.	1º de janeiro de 2014
Alteração da IAS 36	A alteração reduz as circunstâncias para divulgação do valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa e esclarece as divulgações exigidas.	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda a o IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a algumas das IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Quanto às emendas e novas normas listadas na tabela acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

**3. MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A Companhia aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas" aprovado pela CVM em dezembro de 2012 que estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades, e o IFRS 11 - *Joint Arrangements*, correspondente ao CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto" aprovado pela CVM em novembro de 2012, o qual requer uma nova avaliação de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações de acordo, ao invés de sua forma jurídica. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. O IFRS 11 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas.

Desta forma, como o método de consolidação proporcional para empresas consideradas como empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar suas controladas em conjunto Nacional Minérios S.A., MRS Logística S.A. e CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, e passou a registrá-las pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, a aplicação do IFRS 10 e 11, a administração decidiu adotar como prática contábil a eliminação do efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto. Como resultado, foram reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

continua...







Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/001-04  
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with 12 columns: Participação (%), Nacional Minérios (\*), Energética, MRS Logística, CBSI, CGPAR, 31/12/2013 (Transnordestina Logística, Nacional Minérios (\*), Energética, MRS Logística, CBSI, CGPAR), and 31/12/2012 (Nacional Minérios (\*), Energética, MRS Logística, CBSI, CGPAR). Rows include Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Demonstrações de Resultados, Receita Líquida, Custos dos Produtos e Serviços Vendidos, Lucro Bruto, Lucro antes do IR/CSL, IR/CSL correntes e diferidos, and Lucro líquido do exercício.

(\*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S.A.  
Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado referem-se a 100% dos resultados das empresas.

• NACIONAL MINÉRIOS S.A. - ("Namisa")

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2008, 40% do capital da Namisa passou a ser detido pela Big Jump Energy Participações S.A. ("Big Jump"), cujos acionistas eram a Posco e a Brazil Japan Iron Ore Corp. ("BJIOC" ou "Consórcio"), um consórcio de empresas asiáticas formado pela Itochu Corporation, Nippon Steel, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries Ltd., Kobe Steel Ltd. e Nisshin Steel Co. Ltd., passando a CSN a deter participação de 60% no capital.

Em 30 de julho de 2009 a Namisa incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando as empresas Posco e BJIOC a deter participação direta na Namisa. Em 2011, a Nippon Steel e a Sumitomo Metal Industries, até então integrantes da BJIOC, alienaram sua participação para os demais integrantes do Consórcio, o que foi seguido pela entrada de uma nova acionista, a China Steel Corp. ("CSC"). Após essas transações, a nova estrutura societária da Namisa passou a ter a seguinte configuração: CSN 60%, BJIOC 32,52%, Posco 6,48% e CSC 1%. A participação da CSN na Namisa não foi alterada como resultado de nenhum desses eventos.

Conforme o IFRS 10 Item B55 ao avaliar se uma entidade tem o controle sobre a controlada, deve-se determinar se a investidora está exposta a, ou se tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. O Acordo de Acionistas dá tanto ao consórcio como à CSN, por meio de direitos substantivos, o poder de interferir na condução normal dos negócios da Namisa, atuando ativamente nas definições do orçamento, políticas contábeis, gastos de capital, remuneração dos administradores, política de distribuição de dividendos, entre outros assuntos.

O referido Acordo de Acionistas prevê também que determinadas situações de impasse extremo não resolvidas entre os acionistas após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito de a CSN exercer opção de compra e de o Consórcio exercer opção de venda da participação acionária detida pelo Consórcio na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa, CSN e o Consórcio, preveem determinadas obrigações de fazer que, se não cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, podem ensejar, em situações específicas, o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária do Consórcio na Namisa.

A variação relevante no lucro líquido da Namisa no trimestre deve-se principalmente à adesão aos programas de Parcelamento trazidos pela Lei nº 12.865/13 e nº 11.941/09, que gerou um efeito líquido negativo na controlada em conjunto no valor de R\$ 889.772, refletindo na controladora, via equivalência patrimonial, o valor de R\$ 533.863 referente a 60% de participação.

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima criada, originalmente, para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A CSN detém 48,75% do capital social da ITASA.

• MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), participação de 6% no capital social da MRS.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

• CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerada um grande marco para a geração de energia no Brasil.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 29.417 (R\$ 30.584 em 31 de dezembro de 2012) e o valor da despesa em 2013 é R\$ 6.024 (R\$ 6.620 em 2012).

• CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

A CSN detém participação de 50% no capital social da CBSI. O investimento é resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária - PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas parceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

• CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")

A CSN detém participação de 50% no capital social da CGPAR. O investimento é resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte - MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

• TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

Em 31 de dezembro de 2013 a CSN possuía 77,30% de participação no capital social da Transnordestina Logística.

(f) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

• STAHLWERK THURINGEN GMBH ("SWT")

Em 31 de janeiro de 2012 a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., adquiriu a SWT, conforme mencionado na Nota 4.

A SWT foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhutte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

• COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC")

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

• LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider")

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos laminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

(g) Outros investimentos

• PANATLÂNTICA S.A. ("Panatlântica")

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí - RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 9,41% (9,40% em 31 de dezembro de 2012) do capital social total da Panatlântica.

• USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS ("USIMINAS")

A USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna - MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa"): USIM3 e USIM5.

• ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")

Em 31 de julho de 2012 a Companhia adquiriu participação minoritária correspondente a 20% do capital social da Arvedi, empresa pré-operacional com foco na produção de tubos, com sede em Salto - SP.

10. IMOBILIZADO

Table with 7 columns: Terrenos, Máquinas, equipamentos e instalações, Móveis e Utensílios, Obras em andamento, Outros (\*), Total. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2012, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 01 de janeiro de 2012, Efeito de variação cambial, Aquisições, Juros capitalizados (Notas 25 e 32), Baixas, Depreciação, Perdas estimadas na baixa de ativos, Transferência para outras categorias de ativos, Transferências para intangível, Outros, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Efeito de variação cambial, Aquisições, Juros capitalizados (Notas 25 e 32), Baixas, Depreciação, Perdas estimadas na baixa de ativos, Transferência para outras categorias de ativos, Transferências para intangível, Perda de controle na Transnordestina, Juros capitalizados baixados (Nota 9.b), Impairment na controlada em conjunto Transnordestina (\*\*), Outros, Saldo em 31 de dezembro de 2013, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2013.

(\*) Referem-se, substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes.

(\*\*) A cisão desproporcional da Transnordestina Logística S.A. ("TSLA") resultou na celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão da malha nordeste, bem como na incorporação pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. de ativos e passivos da Malha I (em operação) com a manutenção na TSLA dos ativos e passivos da Malha II (projeto Nova Transnordestina). Em razão disso, a TSLA procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 279.296, reconhecida na rubrica "Outras despesas operacionais" na controlada e no consolidado de R\$ 216.446, conforme mencionado na Nota explicativa 9b. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

Table with 7 columns: Terrenos, Máquinas, equipamentos e instalações, Móveis e Utensílios, Obras em andamento, Outros (\*), Total. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2012, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 01 de janeiro de 2012, Aquisições, Juros capitalizados (Notas 25 e 32), Baixas, Depreciação, Transferências para outras categorias de ativos, Transferência para intangível, Outros, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Aquisições, Incorporação de controladas, Juros capitalizados (Notas 25 e 32), Baixas, Depreciação, Transferências para outras categorias de ativos, Transferência para intangível, Juros capitalizados baixados (Nota 9.b), Outros, Saldo em 31 de dezembro de 2013, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2013.

(\*) Inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.













**Companhia Siderúrgica Nacional**

CNPJ: 33.042.730/001-04  
NIRE: 35300396090



**SIDERURGIA**



**MINERAÇÃO**



**CIMENTO**



**LOGÍSTICA**



**ENERGIA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**• Por empresa**

	Ativo			Passivo			Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais Líquidas	Controladora Resultado Total
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total					
<b>Controladas</b>											
CSN Islands VIII Corp.				98.113	50.611	148.724			(71.690)	(156.119)	(227.809)
CSN Portugal, Unipessoal Lda.				25.992	51.085	77.077			(10.853)	(19.040)	(29.893)
CSN Europe Lda.				767.035	4.838.899	5.605.934			(116)	(8.625)	(8.741)
CSN Recursos S.A. (1)	303.073		303.073				3.211.286	(277.066)	(703.470)	(980.536)	
CSN Handel GmbH (2)				2.179	351.390	353.569			4.100	3.215.386	
CSN Islands XII Corp.					59.183	59.183			(2.179)	(5.950)	
CSN Ibéria Lda.								(1.408)	(7.473)	(8.881)	
ITA Energética S.A.	2.340		2.340								
Companhia Metalúrgica Prada (3)	201.726	29.967	231.693	96.457	196	96.653	1.106.695	(138.333)	(27.641)	968.362	
CSN Cimentos S.A.	15.738		15.738	15.039	350.944	365.983	151.191	(2.190)		121.360	
Companhia Metalic Nordeste	12		12	23.979		23.979	64.351	(1.091)		63.260	
Estanho de Rondônia S.A.	1.063	850	1.913	2.521		2.521		(27.539)		(27.539)	
Mineração Nacional Florestal Nacional S.A.	13		13						10.334	10.334	
Companhia Florestal do Brasil		1.532	1.532								
Sepetiba Tecon S.A.	48.372		48.372	3.080		3.080	2.973	(3.948)		(975)	
Congonhas Minérios S.A. (4)				608.247	1.338.771	1.947.018			(140.054)	(140.054)	
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		5.482	5.482	180.282		180.282					
CSN Energia S.A.								(242.634)		(242.634)	
Companhia Brasileira de Latas	4.689	90.924	95.613	11		11	91.147	(2.565)		88.582	
Stahlwerk Thuringen GmbH				1.294		1.294		(17.896)		(17.896)	
<b>Total em 31/12/2013</b>	<b>577.026</b>	<b>128.755</b>	<b>705.781</b>	<b>1.824.229</b>	<b>7.041.079</b>	<b>8.865.308</b>	<b>4.627.643</b>	<b>(436.196)</b>	<b>(520.673)</b>	<b>(896.577)</b>	<b>2.774.197</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>											
Nacional Minérios S.A. (5)	757.859	530	758.389	422.081	8.522.685	8.944.766	357.731	(3.519)	(1.040.138)		(685.926)
Transnordestina Logística S.A.	33.431	237.262	270.693				46		32.715		32.761
MRS Logística S.A.	30.635		30.635	43.194		43.194		(555.261)		(555.261)	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	4.866	8.175	13.041	5.488		5.488		(122.348)		(122.348)	
CGPAR Construção Pesada S.A.	5.856	18.472	24.328	7.353		7.353		(200.689)		(200.689)	
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>832.647</b>	<b>264.439</b>	<b>1.097.086</b>	<b>478.116</b>	<b>8.522.685</b>	<b>9.000.801</b>	<b>357.777</b>	<b>(881.817)</b>	<b>(1.007.423)</b>		<b>(1.531.463)</b>
<b>Outras Partes Relacionadas</b>											
CBS Previdência		96.665	96.665	8	11.118	11.126		(13.392)		(13.392)	
Fundação CSN	320	448	768	14		14		(1.983)	83	(1.900)	
Usiminas	18.112		18.112				50.722	(8.355)		42.367	
Panatlântica	28.619		28.619				453.505			453.505	
Ibis Participações e Serviços								(9.717)		(9.717)	
Companhia de Gás do Ceará								(2.205)		(2.205)	
<b>Total em 31/12/2013</b>	<b>47.051</b>	<b>97.113</b>	<b>144.164</b>	<b>22</b>	<b>11.118</b>	<b>11.140</b>	<b>504.227</b>	<b>(35.652)</b>	<b>83</b>		<b>468.658</b>
<b>Arvedi Metalfer do Brasil S.A.</b>	<b>12.970</b>		<b>12.970</b>						<b>1.084</b>		<b>1.084</b>
<b>Fundos Exclusivos</b>											
Diplic, Mugen e Vértice	100.560	134.543	235.103						4.757		4.757
<b>Total em 31/12/2013</b>	<b>1.570.254</b>	<b>624.850</b>	<b>2.195.104</b>	<b>2.302.367</b>	<b>15.574.882</b>	<b>17.877.249</b>	<b>5.489.647</b>	<b>(1.353.665)</b>	<b>(1.522.172)</b>	<b>(896.577)</b>	<b>1.717.233</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>1.872.304</b>	<b>1.647.437</b>	<b>3.519.741</b>	<b>3.005.668</b>	<b>13.837.314</b>	<b>16.842.982</b>	<b>4.243.567</b>	<b>(872.334)</b>	<b>(1.344.715)</b>		<b>1.719.501</b>

(1) CSN Recursos S.A.: Contratos em dólar de Pré-pagamento, Fixed Rate Notes e Intercampany Bonds.  
(2) CSN Handel GmbH: Contas a receber de R\$ 303.073 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 75.718 em 31 de dezembro de 2012), classificados no curto prazo. Referem-se a operações de vendas sobre produtos de mineração.  
(3) Companhia Metalúrgica Prada: Contas a receber de R\$ 201.726 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 193.109 em 31 de dezembro de 2012), classificados no curto prazo. Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 29.967 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 12.500 em 31 de dezembro de 2012), classificado no longo prazo.  
(4) Congonhas Minérios S.A.: Contratos em reais de empréstimos intercompany. Referem-se à compra de aço e recolhimento de ICMS.  
(5) Nacional Minérios S.A.: O adiamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se à obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

**(c) Outras partes relacionadas não consolidadas**

**• CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme Nota 28.

**• Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

**• Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

**• Ibis Participações e Serviços Ltda.**

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

**• Companhia de Gás do Ceará**

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

**(d) Pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e salários existentes em 31 de dezembro de 2013.

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	29.540	30.539
Benefícios pós-emprego	118	115
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
<b>Total</b>	<b>29.658</b>	<b>30.654</b>

n/a - Não aplicável

**(e) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos**

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**i. Capital social integralizado**

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2013 é de R\$ 4.540.000 dividido em 1.457.970.108 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**ii. Capital social autorizado**

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2013 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

**iii. Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

**iv. Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

**v. Composição acionária**

Em 31 de dezembro de 2013, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,86%	697.719.990	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,99%	58.193.503	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,88%	12.788.231	0,88%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	8.794.890	0,60%	27.509.316	1,89%
NYSE (ADRS)	356.019.691	24,42%	342.997.950	23,53%
BM&FBovespa	324.453.803	22,25%	318.761.118	21,85%
<b>Total</b>	<b>1.457.970.108</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.457.970.108</b>	<b>100,00%</b>

(\*) A Rio Iaco Participação S.A. é uma empresa do grupo controlador.

**21. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

	31/12/2013
<b>Lucro do exercício</b>	<b>509.025</b>
Reserva Legal	(25.451)
Reversão de Reserva estatutária de capital de giro	316.426
<b>Lucro Líquido para destinação</b>	<b>800.000</b>
<b>Destinação:</b>	
Dividendos distribuídos em 06/08/2013 e 13/11/2013	610.000
Juros sobre o Capital próprio distribuídos em 06/08/2013 e 13/11/2013	190.000
<b>Total de dividendos e JCP</b>	<b>800.000</b>
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	0,54871
<b>Informações Adicionais:</b>	
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	2.036
<b>Dividendos a pagar (Saldo do passivo)</b>	<b>2.036</b>

**22. RECEITA LÍQUIDA VENDAS**

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

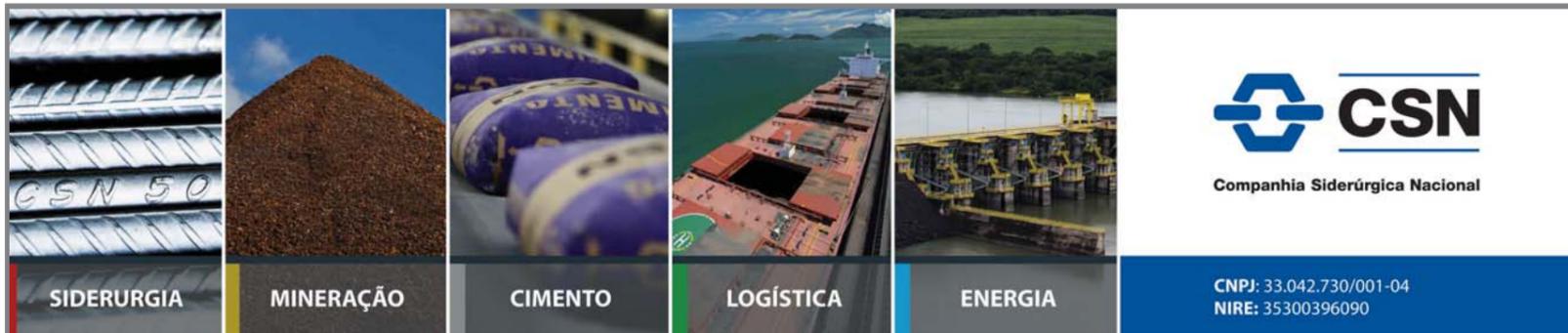
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receita Bruta</b>				
Mercado interno	14.635.703	13.742.201	13.509.822	12.669.583
Mercado externo	6.143.242	4.813.693	3.531.793	997.509
<b>Total</b>	<b>20.778.945</b>	<b>18.555.894</b>	<b>17.041.615</b>	<b>13.667.092</b>
<b>Deduções</b>				
Vendas canceladas e abatimentos	(206.109)	(312.687)	(203.712)	(318.287)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.260.404)	(3.014.618)	(2.908.470)	(2.708.188)
<b>Total</b>	<b>(3.466.513)</b>	<b>(3.327.305)</b>	<b>(3.112.182)</b>	<b>(3.026.475)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>17.312.432</b>	<b>15.228.589</b>	<b>13.929.433</b>	<b>10.640.617</b>

**23. DESPESAS POR NATUREZA**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Matérias Primas e Insumos	(5.998.881)	(5.734.685)	(4.120.230)	(3.331.619)
Mão de obra	(1.590.892)	(1.482.838)	(1.264.122)	(1.045.144)
Suprimentos	(1.145.772)	(979.894)	(1.096.502)	(883.820)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.297.377)	(1.018.545)	(1.255.463)	(1.036.782)
Serviços de Terceiros	(2.117.701)	(1.521.275)	(1.506.764)	(1.202.068)
Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 10 b)	(1.093.830)	(1.085.733)	(995.560)	(906.957)
Outros	(538.218)	(677.105)	(608.601)	(286.374)
<b>Total</b>	<b>(13.782.671)</b>	<b>(12.500.075)</b>	<b>(10.747.242)</b>	<b>(8.692.744)</b>
<b>Classificados como:</b>				
Custo dos produtos vendidos (Nota 26)	(12.422.706)	(11.258.667)	(9.906.380)	(8.039.597)
Despesas com vendas (Nota 26)	(874.875)	(773.488)	(503.514)	(320.722)
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(485.090)	(467.920)	(337.348)	(332.425)
<b>Total</b>	<b>(13.782.671)</b>	<b>(12.500.075)</b>	<b>(10.747.242)</b>	<b>(8.692.744)</b>

**24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Crédito Extemporâneo PIS/COFINS/ICMS	404	26.860	404	19.822
Reversão Passivo Atuarial/Provisão Ativo Atuarial	985	43.749	1.081	43.0



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora		31/12/2012							
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
<b>Variáveis monetárias e cambiais líquidas</b>												
Variáveis monetárias líquidas	(37.858)	(143.774)	(33.176)	(89.438)								
Variáveis cambiais líquidas	97.969	152.837	(997.113)	(452.665)								
Variáveis cambiais com derivativos (*)	(3.954)	(4.573)										
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(2.511.599)</b>	<b>(2.151.351)</b>	<b>(1.030.289)</b>	<b>(542.103)</b>								
<b>(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos</b>												
Swap real x dólar	11.172	8.301										
Swap euro x dólar	(13.190)	(5.116)										
Swap iene x dólar	(5.374)	307										
Swap dólar x euro	4.035	(8.065)										
Swap pré x dólar	(597)											
	<b>(3.954)</b>	<b>(4.573)</b>										
Swap Libor x CDI	(4.268)	(9.166)	(4.268)	(9.166)								
Swap Pré x CDI	(17.375)											
	<b>(21.643)</b>	<b>(9.166)</b>	<b>(4.268)</b>	<b>(9.166)</b>								
	<b>(25.597)</b>	<b>(13.739)</b>	<b>(4.268)</b>	<b>(9.166)</b>								

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

• **Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos, com capacidade de 500 mil toneladas por ano e consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

• **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas - MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de graneis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• **Logística**

**I. Ferroviária**

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

**(a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados a exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

**(b) TLSA e FTL**

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: (i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojoado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - Recife e Propriá a Jorge Lins (Malha II), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e (ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLSA.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

Veja maiores detalhes da reestruturação do projeto Nova Transnordestina na Nota 9.

**II. Portuária**

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de graneis.

• **Energia**

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• **Cimento**

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• **Vendas por área geográfica**

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• **Resultado por segmento**

Conforme explicado na Nota 3, a partir do exercício de 2013, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto Namisa, MRS e CBSI.

Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

	31/12/2013							31/12/2012								
	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
<b>Resultado</b>																
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	6.116.944	21.534.147					2.045.862									
Receitas líquidas																
Mercado interno	9.695.736	679.974	194.842	1.074.216	211.797	415.577	(1.025.068)	11.247.074								
Mercado externo	2.697.471	4.616.754					(1.248.867)	6.065.358								
<b>Total receita líquida (Nota 22)</b>	<b>12.393.207</b>	<b>5.296.728</b>	<b>194.842</b>	<b>1.074.216</b>	<b>211.797</b>	<b>415.577</b>	<b>(2.273.935)</b>	<b>17.312.432</b>								
Custo produtos e serviços vendidos																
(Nota 23)	(9.961.948)	(2.829.028)	(97.488)	(708.407)	(161.435)	(276.752)	1.612.352	(12.422.706)								
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.431.259</b>	<b>2.467.700</b>	<b>97.354</b>	<b>365.809</b>	<b>50.362</b>	<b>138.825</b>	<b>(661.583)</b>	<b>4.889.726</b>								
Despesas vendas e administrativas																
(Nota 23)	(738.655)	(69.364)	(22.743)	(100.062)	(20.384)	(68.219)	(340.538)	(1.359.965)								
Depreciação																
(Nota 10 b)	761.086	219.742	7.272	140.551	17.067	30.631	(82.519)	1.093.830								
Ebitda proporcional de controladas em conjunto																
									780.606							780.606
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>2.453.690</b>	<b>2.618.078</b>	<b>81.883</b>	<b>406.298</b>	<b>47.045</b>	<b>101.237</b>	<b>(304.034)</b>	<b>5.404.197</b>								

**Vendas por área geográfica**

	Siderurgia	Mineração	Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Ásia	45.105	3.610.625						3.655.730
América do Norte	635.749							635.749
América Latina	153.027							153.027
Europa	1.839.732	1.006.129						2.845.861
Outras	23.858							(1.248.867)
<b>Mercado externo</b>	<b>2.697.471</b>	<b>4.616.754</b>						<b>(1.248.867)</b>
<b>Mercado interno</b>	<b>9.695.736</b>	<b>679.974</b>	<b>194.842</b>	<b>1.074.216</b>	<b>211.797</b>	<b>415.577</b>	<b>(1.025.068)</b>	<b>11.247.074</b>
<b>Total</b>	<b>12.393.207</b>	<b>5.296.728</b>	<b>194.842</b>	<b>1.074.216</b>	<b>211.797</b>	<b>415.577</b>	<b>(2.273.935)</b>	<b>17.312.432</b>

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

**(c) Benefícios a empregados**

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - Employee Benefits.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de planos de pensão (Nota 8)	97.051	93.546	11.139	17.939
Benefícios de saúde pós-emprego			473.966	547.652
	<b>97.051</b>	<b>93.546</b>	<b>485.105</b>	<b>565.591</b>

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.263.012	2.666.261
Valor justo dos ativos do plano	(2.684.783)	(2.923.483)
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>(421.771)</b>	<b>(257.222)</b>
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	335.859	181.615
<b>Passivo/(Ativo) Líquido</b>	<b>(85.912)</b>	<b>(75.607)</b>
Ativos	11.139	17.939
Passivos	(97.051)	(93.546)
<b>Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial</b>	<b>(85.912)</b>	<b>(75.607)</b>

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2013 é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Valor presente das obrigações no início do exercício</b>	<b>2.666.261</b>	<b>2.153.649</b>
Custo do serviço	6.375	5.801
Custo dos juros	239.310	215.850
Benefícios pagos	(208.951)	(193.563)
Perda/(ganho) atuarial	(439.983)	484.524
<b>Valor presente das obrigações no final do exercício</b>	<b>2.263.012</b>	<b>2.666.261</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2013 é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Valor justo dos ativos no início do exercício</b>	<b>(2.923.483)</b>	<b>(2.384.450)</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	(263.410)	(272.406)
Contribuições dos patrocinadores		(3.797)
Benefícios pagos	208.951	193.563
Ganhos/(perdas) atuariais	293.159	(456.393)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>(2.684.783)</b>	<b>(2.923.483)</b>

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Custos de serviços correntes	6.375	5.801
Custos de juros	239.310	215.850
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(263.410)	(272.406)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	16.908	
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior		(3.797)
	<b>(817)</b>	<b>(54.552)</b>

Total dos custos/(receita) não reconhecida (\*)  
Total dos custos/(receita) reconhecido na demonstração do resultado  
**Total dos custos/(receitas), líquidos (\*)**

(\*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados IAS 19 - Employee Benefits.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2013 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
(Ganhos) e perdas atuariais	(146.823)	28.131
Restrição devido à limitação de recuperação	137.336	6.688
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(9.487)	34.819
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos (*)	(9.319)	(2.658)
<b>Custo total de (ganhos) e perdas atuariais</b>	<b>(9.487)</b>	<b>34.819</b>

(\*) (Ganhos)/Perda atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2013
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas (*)	57.015
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras (*)	(586.272)
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	89.275
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	293.160
(Ganhos) e perdas atuariais	<b>(146.822)</b>

(\*) Abertura requerida com base no item 41 do CPC 33 (R1).

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.263.012	2.666.261	2.153.649	1.982.556	1.731.767	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	(2.684.783)	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)	(2.160.158)	1.396.350
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>(421.771)</b>	<b>(257.222)</b>	<b>(230.801)</b>	<b>(333.462)</b>	<b>(428.391)</b>	<b>(18.679)</b>
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	(439.983)	484.524	141.674	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	(293.159)	456.393	(81.038)	40.669	664.341	

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	
Taxa de desconto nominal	11,83%	9,31%
Taxa de inflação	5,00%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	6,05%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	6,05%	5,00%
Taxa de retorno dos investimentos	11,83%	9,31%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referente à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2013	31/12/2012
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	20,45	19,55
Feminino	23,02	22,17

Alocação dos ativos do plano:

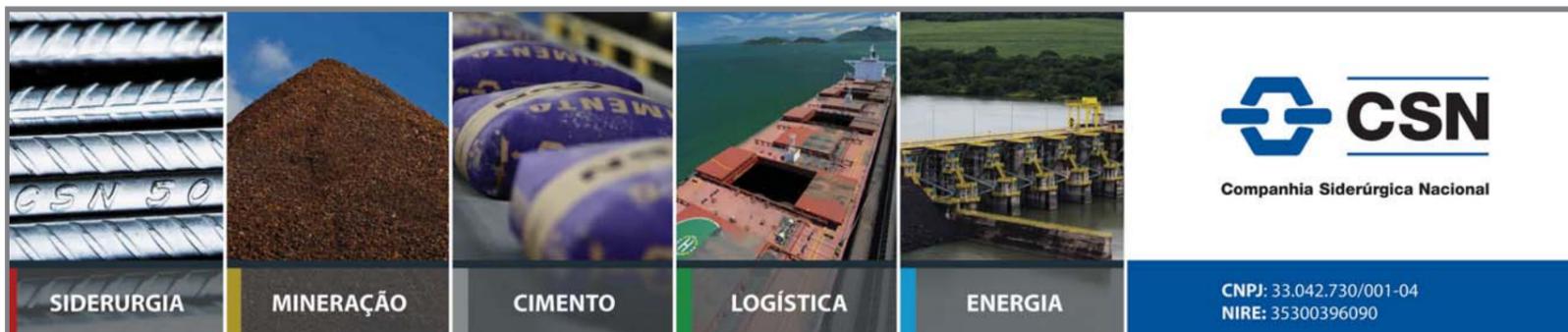
	31/12/2013	31/12/2012
Renda Variável	118.596	4,42%
Renda Fixa	2.398.472	89,34%
Imóveis	107.386	4,00%
Outros	60.329	2,24%
<b>Total</b>	<b>2.684.783</b>	<b>100,00%</b>

O retorno real dos ativos do plano foi de R\$ 29.749 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 728.800 em 31 de dezembro de 2012). Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

**29. AVAIS E FIANÇAS**

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transnorddestina Logística	R\$	Até 08/12/2027 e indeterminado	1.875.360	1.626.509	20.600	1.800	168.009	4.866	2.063.969	1.633.175
FTL - Ferrovia Transnorddestina	R\$	15/11/2020	125.250						125.250	67.800
CSN Cimentos	R\$	Até 25/10/2015 e indeterminado			26.423	25.403	39.287	42.397	65.710	31.749
Prada	R\$	Até 07/02/2014 e indeterminado			10.133	10.133	21.916	21.616	32.049	7.326
Itá Energética	R\$									4.192
CSN Energia	R\$	Indeterminado	2.000.000	2.000.000	2.829	4.192			2.829	2.000.000
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2019	1.003	1.003					1.003	1.003
Fundação CSN	R\$	Indeterminado								
<b>Total em R\$</b>			<b>4.001.613</b>	<b>3.634.838</b>	<b>59.985</b>	<b>41.528</b>	<b>229.212</b>	<b>68.879</b>	<b>4.290.810</b>	<b>3.745.245</b>
CSN Islands VIII	US\$		550.000						550.000	550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Sepetiba Tecon	US\$	15/03/2014	15.708							15.708
CSN Handel	US\$	27/06/2015		100.000						100.000
<b>Total em US\$</b>			<b>3.465.708</b>	<b>3.900.000</b>						<b>3.465.708</b>
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000						120.000
<b>Total em EUR</b>			<b>120.000</b>	<b>120.000</b>						<b>120.000</b>
<b>Total em R\$</b>			<b>8.505.948</b>	<b>8.218.991</b>	<b>59.985</b>	<b>41.528</b>	<b>229.212</b>	<b>68.879</b>		<b>8.505.948</b>
			<b>12.507.561</b>	<b>11.853.829</b>						<b>11.964.236</b>

30. COMPROMISSOS

(a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período							Total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	
MRS Logística	Transporte de minério de ferro	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	142.190	100.368	214.639	214.639	107.319			536.597
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	68.248	66.047	65.516	65.516	27.298			158.330
MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque	Transporte de 8.280.000 ton. a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton. a.a. de carvão, coque e outros redutores.	23.334	128.387	132.770	132.770	132.770	132.770	1.194.931	1.726.011
FCA (*)	Transporte de produtos de mineração	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	734	4.101						
FCA	Transporte ferroviário pela FCA	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.	2.733	1.478	27.300	27.300	27.300	27.300	63.701	172.901
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio)	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	110.999	27.941	95.301	95.301	95.301			285.903
CEG Rio	Fornecimento de gás natural	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural.	441.804	438.504	145.416					145.416
Vale S.A.	Fornecimento de pelotas de minério de ferro	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take-or-pay ocorre a cada 18 meses.	444.642	383.327	114.962					114.962
Compagás	Fornecimento de gás natural	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	18.874	18.414	18.349	18.349	18.349	18.349	128.446	201.842
COPEL	Fornecimento de energia	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	15.202	18.697	8.553	8.553	8.553	8.553	28.510	62.722
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	7.585	8.460	7.074	7.074	7.074	7.074	44.212	72.508
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metais e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	40.506	42.504	15.944					15.944
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ ton. de placa de aço produzida.	46.424	40.596	17.213					17.213
			<b>1.363.275</b>	<b>1.278.824</b>	<b>863.037</b>	<b>569.502</b>	<b>423.964</b>	<b>194.046</b>	<b>1.459.800</b>	<b>3.510.349</b>

(\*) Encontra-se em fase de renegociação.

(b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2013, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Concessão	Natureza do serviço	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.		90.952	90.952	90.952	90.952	750.356	1.114.164
FTL (Ferrovia Transnordestina Logística)	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.		7.296	7.296	7.296	7.296	68.702	97.886
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.		185.771	185.771	185.771	185.771	928.855	1.671.939
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.		24.756	24.756	24.756	24.756	198.045	297.069
			<b>308.775</b>	<b>308.775</b>	<b>308.775</b>	<b>308.775</b>	<b>1.945.958</b>	<b>3.181.058</b>

(c) Projetos e outros compromissos

• Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton./ano de vergalhão e 100.000 ton./ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas.

• Projeto de minério de ferro

O plano de expansão projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro e capacidade portuária de 84 Mtpa no TECAR. Em uma primeira fase, a CSN projeta produzir até 66 Mtpa de minério de ferro e investe na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 60 Mtpa. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

• Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 39% o qual tem previsão de conclusão até final de 2016. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Nova Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/ FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$ 7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 40% das debêntures de emissão do FDNE. Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

• Expansão Cimentos Sudeste

Em adição à produção atual de aproximadamente 2,4 Mtpa na Unidade Presidente Vargas no Rio de Janeiro, a CSN planeja uma expansão da operação de cimentos para 5,4 Mtpa, sendo que esse volume adicional de 3 Mtpa será obtido através da instalação de um planta integrada com moino de cimentos e forno de clínquer, no Estado de Minas Gerais, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria. A empresa avalia oportunidades de crescimento em outras regiões.

• Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

• Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

31. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2013, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2013 a 30 de junho de 2014. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 500.000.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, CSN Paraná, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 300.000.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social pagos	45.388	72.780		
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	490.747	401.827	309.073	276.596
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa				373.673
Redução de capital sem efeito caixa	153.305			
Aquisição de prejuízo fiscal e base negativa de controladas			297.450	
Capitalização em controlada de empréstimo concedido			152.927	
	<b>689.440</b>	<b>474.607</b>	<b>759.450</b>	<b>650.269</b>

33. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>533.994</b>	<b>(480.574)</b>	<b>509.025</b>	<b>(420.113)</b>
<b>Outros Resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</b>				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	64.336	106.209	64.336	106.209
	<b>64.336</b>	<b>106.209</b>	<b>64.336</b>	<b>106.209</b>
<b>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</b>				
Ajustes acumulados de conversão do período	218.927	147.735	218.927	147.735
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	44.084	(8.329)	44.084	(8.329)
Impairment de ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	3.301	1.507.485	3.301	1.507.485
	<b>266.312</b>	<b>1.646.891</b>	<b>266.312</b>	<b>1.646.891</b>
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício Atribuível a:</b>	<b>864.642</b>	<b>1.272.526</b>	<b>839.673</b>	<b>1.332.987</b>
Participação dos acionistas controladores	839.673	1.332.987	839.673	1.332.987
Participação dos acionistas não controladores	24.969	(60.461)		
	<b>864.642</b>	<b>1.272.526</b>	<b>839.673</b>	<b>1.332.987</b>

continua...

...continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**BENJAMIN STEINBRUCH**  
Presidente

**JACKS RABINOVICH**  
Vice-Presidente

Conselheiros  
**ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS**  
**FERNANDO PERRONE**  
**YOSHIKI NAKANO**  
**ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA**  
**ALOYSIO MEIRELLES DE MIRANDA FILHO**

DIRETORIA

**BENJAMIN STEINBRUCH**  
Diretor Presidente

**DAVID MOISE SALAMA**  
Diretor Executivo de Relações com Investidores

**ENÉAS GARCIA DINIZ**  
Diretor Executivo

**LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ**  
Diretor Executivo

COMITÊ DE AUDITORIA

**FERNANDO PERRONE**  
**ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA**  
**YOSHIKI NAKANO**

CONTADORES

**ROGERIO LEME BORGES DOS SANTOS**  
Diretor de Controladoria  
Contador - CRC 1SP174860/O-2  
**JOÃO LAURIANO BERNARDO**  
Gerente de Contabilidade Geral  
Contador - CRC 1SP123598/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

**Companhia Siderúrgica Nacional**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na Nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e operações em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na Nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil relacionada a aplicação dos seguintes pronunciamentos contábeis: (i) IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, correspondente ao CPC 36 (R3) - *Demonstrações Consolidadas*; (ii) IFRS 11 - *Joint Arrangements*, correspondente ao CPC 19 (R2) - *Negócios em Conjunto*, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado (informação suplementar), para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - *Políticas Contábeis Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro*, e na norma internacional IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, e CPC 26 (R1) - *Apresentação das Demonstrações Contábeis* e na norma internacional IAS 1 (R) *Presentation of Financial Statements*. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2012**

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota explicativa 3 às demonstrações financeiras, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14 de maio de 2013, o qual não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Roberto Wagner Promenzio  
Contador  
CRC nº 1 SP 088438/O-9

